



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

**ANEXO VI - MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTA VINCULADA**

À SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/20\_\_\_\_, UASG 200116

\_\_\_\_\_ (nome empresarial da licitante vencedora do certame licitatório), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, que esta subscreve, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada Licitante para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_, da UASG 200116, **AUTORIZA**, em caráter irrevogável e irretroatável, à Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro a:

a) efetuar abertura de conta-depósito vinculada em nome da Empresa - bloqueada para movimentação da mesma, para receber recursos referentes a verbas trabalhistas retidas (13º salário; férias e um terço constitucional de férias, multa sobre o FGTS e contribuição social sobre as rescisões sem justa causa e encargos sobre férias e sobre o 13º salário), constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato decorrente do Edital de Licitação nº \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local, ..... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO  
Representante Legal (assinatura e carimbo)



Documento assinado eletronicamente por **ELISABETE DA CUNHA MARTINS SILVA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 11/05/2026, às 14:41, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **ANTHONY RIBEIRO DE CASTRO E SILVA, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 14/05/2026, às 14:35, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **73261831** e o código CRC **31CDFC51**.



Referência: Processo nº 08657.011924/2026-76



SEI nº 73261831